



INFORMAÇÃO Nº 132/2001

PROCESSO Nº 2590/99

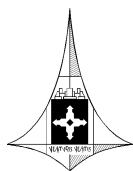
**APENSOS Nºs 3251/98, 5360/98, 5382/98 e 196.000.183/99 (apensos os de
nºs 196.000.306/98 e 196.000.117/99)**

- **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - Ordenador de Despesa**
- **EXERCÍCIO FINANCEIRO : 1998**
- **ENTIDADE: Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB**

1. INTRODUÇÃO:

Tratam os autos da Prestação de Contas Anual da Fundação Pólo Ecológico de Brasília – FUNPEB, referente ao exercício de 1998, tendo sido apresentada por intermédio do Processo nº 196.000.183/99, estando apensados a este os de nºs 196.000.306/98 (almoxarifado) e 196.000.117/99 (inventário de bens patrimoniais).

A referida fundação foi instituída pela Lei nº 1.813, de 30 de dezembro de 1997 (fls. 60 a 62 do Processo nº 196.000.183/99), sendo responsável pela gestão do complexo do Pólo Ecológico de Brasília (área anteriormente ocupada pelo Jardim Zoológico de Brasília, inclusive a área objeto de concessão de direito real de uso para a instalação do Parque Temático de Brasília; Área de Relevante Interesse Ecológico do Santuário de Vida Silvestre do Riacho Fundo; área do Parque das Aves). Ressaltamos que a LOA para o exercício de 1998 inicialmente consignava dotações para o Jardim Zoológico, sendo que, somente a partir de fevereiro, a FUNPEB recebeu crédito originário do cancelamento das dotações orçamentárias do Jardim Zoológico (vide Lei nº 1896, de 18 de fevereiro de 1998, nas fls. 66 a 77 do mencionado processo).



RUBRICA

2. DOS PRAZOS:

Computada a dilação de prazo concedida pelo Tribunal por meio da Decisão nº 5315/99 (fl. 12), item II, a presente PCA foi encaminhada intempestivamente (46 dias de atraso) à Corte, mediante o OFÍCIO Nº 001/2000-GAB/SEMATEC (fl. 292 do Processo nº 196.000.183/99).

3. RESPONSÁVEIS :

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	PERÍODO DE GESTÃO
Maria José Vilas Boas Pereira da Silva Weiss	Diretora Presidente	1º.01 a 30.06.98 27.07 a 31.12.98
Solange Maria Beraldo Ribeiro	Diretora Presidente (Substituta)	1º.07 a 26.07.98
Dimas Donisete Rocha	Diretor Administrativo e Financeiro ¹	1º.01 a 11.01.98 12.02 a 1º.04.98
Solange Maria Beraldo Ribeiro	Diretora Administrativa e Financeira (Respondendo) ²	12.01 a 11.02.98
Cristina de Araújo Tavares	Diretora Administrativa e Financeira ³	27.04 a 02.11.98 03.12 a 31.12.98
Solange Maria Beraldo Ribeiro	Diretora Administrativa e Financeira (Respondendo) ²	03.11 a 02.12.98
Hailton Pacheco Cavalcante	Chefe do Serviço de Material e Patrimônio	1º.01 a 31.12.98
Francisco José Feijó Paiva	Chefe da Seção de Tesouraria	1º.01 a 05.07.98 05.08 a 31.12.98
Cristina de Araújo Tavares	Chefe da Seção de Tesouraria (Respondendo) ²	06.07 a 04.08.98

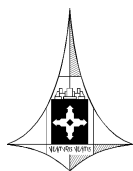
Fonte: fls. 16 a 40 do Processo nº 196.000.183/99

Informação complementar do organizador do processo na fl. 40

¹ Embora conste da fl. 28 do Processo nº 196.000.183/99 a função do Sr. Dimas D. Rocha como Chefe da Divisão de Administração Geral, trata-se, na verdade, de Diretor Administrativo e Financeiro, sendo aquela oriunda da estrutura do antecessor Jardim Zoológico. Na nova estrutura da FUNPEB, esta passou a se denominar Diretoria Administrativa e Financeira (art. 29 do Decreto nº 19929, de 18 de dezembro de 1998).

² Vide informação do organizador do processo na fl. 41. Responderam pelos cargos os superiores hierárquicos diretos.

³ O cargo de Diretor Administrativo Financeiro ficou vago no período compreendido entre 02.04 e 26.04.98, conforme se depreende da informação complementar do organizador das contas (fl. 40) confrontada com o documento da Seção de Pessoal da Fundação (fl. 36 do Processo nº 196.000.183/99), posteriormente confirmado, via telefone, com o organizador do processo. Por equívoco, constou da citada informação que a Sra. Cristina de Araújo Tavares teria assumido o cargo em 24.04.98 (data do decreto que a nomeou).



RUBRICA

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS MOVIMENTADOS PELO(S) RESPONSÁVEL(EIS) :

		R\$
CRÉDITO/DESPESA	Valor	Valor
a) CRÉDITOS:		
- Orçamentários (Dotação Inicial)	- 0 -	
- Adicionais (Créditos Suplementares e Especial)	3.458.797,00	
- Cancelamento de Dotação	(83.000,00)	
- Crédito Bloqueado	(172.000,00)	
- Movimentação de Crédito	100.000,00	
b) DESPESA EMPENHADA:		
- Despesa Liquidada *		2.663.218,19
- Despesa inscrita em "Restos a Pagar Não Processados"		64.811,72
c) SALDO ORÇAMENTÁRIO		575.767,09
TOTAL	3.303.797,00	3.303.797,00

* inclusive a despesa inscrita em "Restos a Pagar Processados"

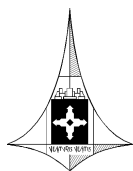
Fonte: Balancete da Unidade Gestora (fls. 42 a 49 do Processo nº 196.000.183/99)

5. PROGRAMA DE TRABALHO ORÇAMENTÁRIO :

ESPECIFICAÇÃO	EMPENHADO	R\$
		% DO VALOR ORÇADO
03.007.0021.8501.0001 Funcionamento da Unidade	780.059,93	64,68
03.007.0021.8502.0001 Administração de Pessoal	1.724.764,92	95,32
04.007.0106.1099.0001 Ambientação e Paisagismo da Área de Visitação	54.284,97	72,38
15.081.0486.8504.0001 Concessão de Benefícios a Servidores	94.616,19	83,46
15.082.0495.8503.0001 Pagamento de Inativos e Pensionistas	74.303,90	74,30
TOTAL	2.728.029,91	82,57

Fonte: Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho, fls. 133 a 138 Processo nº 196.000.183/99.

5.1 Com base nas informações registradas no Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho e no Relatório de



RUBRICA

Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho (fl. 19), efetuamos análise detalhada por programa de trabalho da realização das metas previstas para o exercício de 1998, sob a ótica do valor liquidado:

• 03.007.0021.8501.0001 – Funcionamento da Unidade.

Ações previstas: manter o funcionamento da FUNPEB e de seus animais, atender ao público visitante, realizar programas de educação ambiental, promover eventos educativos, apreender animais de médio e grande porte soltos em vias e logradouros públicos.

Etapas realizadas: Fundação e 1.300 animais mantidos, 619.127 pessoas atendidas, 1.116 programas realizados com a participação de 117.910 alunos, 142 eventos promovidos com a participação de 2.602 pessoas e 161 animais apreendidos. Estas metas foram cumpridas com 61,65% do valor orçado;

• 03.007.0021.8502.0001 – Administração de Pessoal.

Ações previstas: remunerar servidores ativos.

Etapas realizadas: remuneração efetuada nos meses de janeiro a dezembro de 1998. Esta meta foi atingida com 95,24% do valor orçado.

• 04.007.0106.1099.0001 – Ambientação e Paisagismo da Área de Visitação.

Ações previstas: ambientar os recintos das espécies em cativeiro e área de visitação do público.

Etapas realizadas: recuperado o fosso do recinto dos chimpanzés e adquiridos tubos de concreto para fazer ilhas no lago dos cisnes. Esta meta foi atingida com 36,52% do valor orçado.

• 15.081.0486.8504.0001 – Concessão de Benefícios a Servidores.

Ações previstas: conceder vales-transporte e auxílios-creche a servidores.

Etapas realizadas: foram concedidos 1.114 vales-transporte e 485 auxílios-creche a servidores. Estas metas foram atingidas com 83,46% do valor orçado.

Embora não tenha constado do referido Relatório de Desempenho a subatividade 15.082.0495.8503.0001 – Pagamento de Inativos e Pensionistas – no Demonstrativo da Execução da Despesa por Programa de Trabalho, consta ter sido realizada a despesa de R\$ 74.303,90, correspondentes a 74,30% do valor orçado, inferindo-se que a meta concernente à remuneração desse pessoal tenha sido atingida.



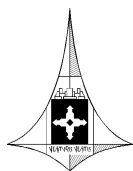
Sobre esse assunto (avaliação da gestão), ressaltamos que o Controle Interno, em verificação "in loco", constatou que as "Etapas Realizadas", constantes do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho, em muitos casos, não condiriam com a realidade, havendo outras não reportadas pela Fundação e não previstas no orçamento, conforme consta do item 6 do seu Relatório de Prestação de Contas (fls. 265 e 266 do Processo nº 196.000.183/99).

Tendo em vista que a descrição das "Ações Previstas" foi feita de maneira genérica, sem descrição de metas, qualitativa e quantitativamente especificadas (vide cópia do relatório na fl. 19), torna-se difícil avaliar se determinada obra estaria ou não prevista no orçamento.

Isso posto, cabe determinação à FUNPEB para que especifique, qualitativa e quantitativamente, as metas e ações previstas, concernentes aos programas de trabalho da Entidade, quando da elaboração da proposta para a Lei Orçamentária Anual, e informe, para efeito de formulação do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho gerado pelo Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), a cargo da Secretaria de Fazenda e Planejamento, todas as atividades e projetos implementados no exercício, com o mesmo grau de especificação, cuja aferição dar-se-á, posteriormente, pelos órgãos de controle.

6. PRONUNCIAMENTOS DO CONTROLE INTERNO:

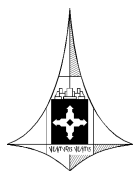
6.1 O Departamento de Auditoria da Administração Indireta e das Fundações emitiu o Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99) e concluiu que **"o Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Financeiras e Anexos que compõem a Prestação de Contas da Fundação Pólo Ecológico de**



RUBRICA

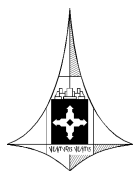
Brasília, relativos ao exercício de 1998, estão demonstrados relativamente de acordo com a Lei nº 4.320/64", destacando ressalvas e observações que foram objeto de pronunciamento da FUNPEB (fls. 272 a 290 do referido processo), tendo esta indicado as respectivas providências adotadas, a saber:

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<u>Ressalvas:</u> 1.1.1– AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL DOS NUMERÁRIOS EXISTENTES EM CAIXA Não foi registrado na contabilidade o valor de R\$ 11.709,00 existente em caixa em 31.12.98, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei nº 4.320/94.	A entidade informa que já está efetuando diariamente todos dos registros contábeis pertinentes, passando a Seção de Contabilidade a operar de acordo com os dispositivos citados pelo Controle Interno.
1.1.3 – A CONTA BANCOS CONTA MOVIMENTO COM SALDO INFERIOR AO DO EXTRATO BANCÁRIO Divergência de R\$ 13.589,76 entre o saldo do extrato bancário (R\$ 14.792,30) e o registro na conta 1.1.1.1.2.99.01 - Banco de Brasília S/A, conta corrente 040.835.102-0 (R\$ 1.202,54). A conciliação bancária não é feita em formulário próprio, dificultando a identificação de pendências e a conferência da exatidão dos saldos, em desconformidade com os dispositivos anteriormente mencionados.	Seguindo as orientações do Controle Interno, a FUNPEB informa já estar efetuando a conciliação bancária em formulário próprio e controlando diariamente o saldo bancário da citada conta corrente.
1.1.4 – DEPÓSITOS BANCÁRIOS VINCULADOS NÃO REGISTRADOS NA CONTABILIDADE As cauções realizadas pelas permissionárias de uso de imóveis de propriedade da Fundação,	A Fundação informa que já está providenciando junto à Secretaria de Fazenda o procedimento correto para a contabilização das cauções.



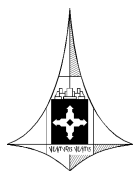
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>concernentes à exploração de lanchonetes e pastelarias (Processo nº 192.000.231/96 – Carla Cristina Moura – R\$ 3.662,00; Processo nº 192.000.231/96 – Geraldo Ribeiro de Carvalho – R\$ 3.456,00), não foram contabilizadas em contas de ativo e passivo, respectivamente, contrariando o art. 6º da Resolução nº 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei nº 4320/94.</p> <p>Além disso, a caução de R\$ 3.622,00 efetuada em novembro/96 no Banco Bandeirante S/A era vinculada ao extinto Jardim Zoológico de Brasília até agosto de 1998, tendo sido transferida para o BRB. Atualmente (junho/99), a referida caução está depositada em conta particular da permissionária (Carla Cristina Moura), no valor de R\$ 3.599,76, inferior aos 4.094,04 UFIRs previstos na Cláusula Sétima do Contrato nº 02/96.</p>	<p>Quanto à caução realizada pela Sra. Carla Cristina Moura, esclarece que a questão foi levada ao conhecimento da permissionária por meio do Of. nº 13/99-SECON/DIAFI/FUNPEB, a qual, juntamente com a Fundação, já regularizou a pendência apontada.</p>
<p>1.1.5 – ALUGUEIS A RECEBER NÃO REGISTRADOS NA CONTABILIDADE</p> <p>Os aluguéis a receber dos permissionários de uso de imóveis de propriedade da FUNPEB, concernentes à exploração de restaurante, lanchonete e pastelaria, referentes a novembro (Pastel Mineiro Ltda., Processo nº 192.000.284/96, R\$ 6.437,87) e dezembro (Pastel Mineiro Ltda., Processo nº 192.000.284/96, R\$ 6.437,87; Carla Cristina de Moura, Processo nº 192.000.286/96, R\$ 1.999,93; Geraldo Ribeiro de Carvalho, Processo nº 192.000.285/96, R\$ 1.742,96) de 1998 não foram contabilizados no mês de dezembro/98, contrariando os arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei nº 4320/64.</p> <p>A empresa Pastel Mineiro Ltda. ainda não quitou os</p>	<p>A Entidade informa que estão sendo providenciados mensalmente todos os registros contábeis de aluguéis já vencidos.</p>



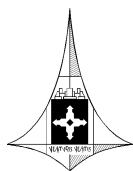
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
aluguéis de novembro/98 a maio/99, totalizando a importância de R\$ 66.596,90.	
<p>1.1.6 – AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL DE DIREITOS A RECEBER</p> <p>Não foram contabilizados no Ativo Circulante os direitos a receber provenientes de débitos de servidores que foram exonerados dos cargos em comissão em 1998 (matrículas/valores: 80.008-2/R\$121,30, 80.034-1/R\$ 374,98, 80.048-1/R\$ 48,84, 80.077-5/R\$ 383,42 e 80.024-4/R\$ 9,71), contrariando o art. 6º da Resolução nº 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei nº 4320/64.</p> <p>Até o final dos seus trabalhos, não foi adotada nenhuma medida no sentido de obter desses servidores o devido ressarcimento, por ocasião dos seus desligamentos dos cargos comissionados.</p>	<p>De acordo com a FUNPEB, já foram efetuados os devidos registros contábeis, sendo que, quanto aos débitos, foi dado aos servidores o prazo de 60 dias para efetuarem os respectivos ressarcimentos, que tramitam nos Processos nºs 196.000.173/99, 196.000.171/99, 196.000.169/99, 196.000.172/99 e 196.000.170/99.</p>
<p>1.1.7 – CRÉDITOS QUE FIGURAM NO BALANÇO PATRIMONIAL COM VALOR A MENOR</p> <p>Na conta 1.1.2.4.2.00.00 – Adiantamento de Férias – foram contabilizados R\$ 1.140,54, referentes a adiantamentos de férias concedidos aos servidores em 1998, sendo que a quantia real era R\$ 3.036,37. Este fato contrariou o art. 6º da Resolução nº 750/93 do CFC e o art. 89 da Lei nº 4320/64, causando distorções nas demonstrações contábeis, não figurando no Balanço Patrimonial (98) R\$ 1.895,83 (diferença entre os dois valores) a título de direitos.</p>	<p>A Fundação informa estar registrando contabilmente no Ativo Circulante os valores relativos ao adiantamento de férias, adotando-se procedimento sistemático de conciliação entre a folha de pagamento e a contabilidade.</p>
<p>1.1.8 – AUSÊNCIA DE CONTROLE DE ESTOQUE DE MATERIAL DE CONSUMO E DESCUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA</p>	<p>Sobre o assunto, a Entidade informa ter sido determinado o rigoroso controle de entrada e saída de material de consumo do almoxarifado, bem como foi feito novo</p>



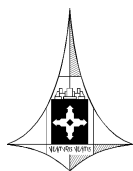
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
Diversos produtos que já haviam sido baixados nos controles de estoque e nos registros contábeis efetuados na conta 1.1.3.1.1.01.00 – Material de Consumo – estão sendo estocados em sub-almoxarifados à disposição do Serviço de Material e Patrimônio (vide lista dos materiais existentes em 28/05/99 na fl. 241 do Processo nº 196.000.183/99), contrariando o art. 9º da Resolução nº 750/93 do CFC, além de apresentar uma fragilidade quanto a possibilidade de ocorrer extravio de produtos.	lay-out no setor, visando adequar e separar o material inflamável dos demais produtos. Além disso, foram adotados novos critérios visando racionalizar a distribuição de material evitando-se estoques em local fora do almoxarifado. Quanto ao material de consumo relacionado neste item (fl. 241 do Processo nº 196.000.183/99), já foram baixados do estoque do almoxarifado.
1.1.9 – MATERIAIS COM DATA DE VALIDADE VENCIDA Existência, no estoque, de vários materiais de consumo com data de validade vencida (listagem na fl. 242 do Processo nº 196.000.183/99, incluindo produtos que venceram em 1998).	A FUNPEB esclarece que foi dado destino a todos os materiais que se encontravam no almoxarifado com data de validade vencida, tendo sido distribuídos.
1.1.10 – DIVERGÊNCIAS EXISTENTES ENTRE A CONTAGEM FÍSICA DE ESTOQUE E O RELATÓRIO DE PROCESSAMENTO DE DADOS Foi constatada divergência entre a quantidade física existente em 20/05/99 e o controle via processamento de dados (vide listagem na fl. 243 do Processo nº 196.000.183/99).	A jurisdicionada esclarece que: a) foi criada uma Comissão Inventariante, incumbida mensalmente de proceder ao controle de entrada e saída de material – Instrução de Serviço de 18 de agosto de 1999; b) já foi feita a conciliação entre o controle feito através do sistema de processamento e as fichas de controle de prateleiras, estando as diferenças a menor devidamente corrigidas; c) foi feito o mesmo procedimento informado na alínea anterior, tendo sido orientado aos funcionários que labutam no almoxarifado sobre a importância das devidas baixas no estoque tanto no sistema de processamento quanto nas fichas.



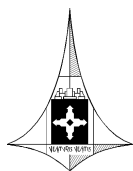
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>1.1.14 – BENS IMÓVEIS NÃO INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO E NEM REGISTRADOS NA CONTABILIDADE</p> <p>Na fl. 245 do Processo nº 196.000.183/99 consta lista de edificações e benfeitorias realizadas pela FUNPEB, não incorporadas ao patrimônio e nem registradas na contabilidade, contrariando o art. 2º do Decreto nº 16.109/94 e os arts. 6º da Resolução nº 750/93 do CFC e 89 da Lei nº 4320/64, respectivamente.</p> <p>O Controle Interno esclarece, ainda, que: parte das construções foram avaliadas pela Subsecretaria da Receita, Processo nº 192.000.249/96, que apontou um montante de R\$ 1.925.628,20; as edificações e as benfeitorias de propriedade da FUNPEB, construídas em terrenos de terceiros, deverão ser contabilizadas na conta "Benfeitorias em Imóveis de Terceiros", até que sejam legalizadas e transferidas as propriedades dos terrenos para a Fundação; a SEMATEC construiu durante o exercício de 1998 o recinto dos elefantes (R\$ 224.157,48), abrigos, cambiamento e maternidade de animais da galeria África (R\$ 254.701,11) e reforma dos viveiros das araras e pavões (R\$ 188.229,44), não fazendo parte do acervo patrimonial da Entidade.</p>	<p>Sobre o assunto, a Fundação adotou as seguintes providências: a) a SEMAP, unidade da estrutura organizacional da FUNPEB, está regularizando as situações dos imóveis, cabendo ressaltar que, em razão do Jardim Zoológico ter feito parte da estrutura organizacional de outros Órgãos do complexo do GDF, o problema demanda várias diligências, já em andamento, esperando-se que, no menor tempo possível, essa pendência seja regularizada definitivamente; b) já foi feito expediente à SEMATEC com o objetivo de regularizar a questão das benfeitorias por ela construídas – doação à Fundação; c) quanto aos registros contábeis dos valores correspondentes às edificações e benfeitorias, somente será possível após a conclusão dos trabalhos em andamento realizados pela SEMAP.</p>
<p>1.1.15 – SALDO DO INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS DIVERGENTE DO SALDO CONTÁBIL</p> <p>Há divergência entre o saldo de bens registrado na contabilidade (R\$ 128.321,23) e o apresentado no Inventário de Bens Móveis (R\$ 201.320,05) – diferença de R\$ 72.998,82.</p>	<p>A jurisdicionada informa que está em andamento a conciliação entre os registros contábeis e o inventário, visando a devida regularização.</p>



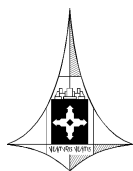
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>1.1.18 – SEMOVENTES NÃO TOMBADOS E NEM INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO DA FUNPEB</p> <p>Em análise do Processo nº 196.000.117/99, verificaram a existência de diversos animais que não estão tombados, não registrados na contabilidade e nem incorporados ao patrimônio (vide relação na fl. 248 do Processo nº 196.000.183/99).</p>	<p>A Entidade informa que, por meio do Processo nº 196.000.320/99, foi regularizada a situação dos semoventes.</p>
<p>1.1.19 – CARTA DE FIANÇA NÃO CONTABILIZADA E COM DATA DE VALIDADE VENCIDA</p> <p>Não foi contabilizada a Carta de Fiança nº 492/97 proveniente da Concorrência nº 001/96 (Pastel Mineiro Ltda.), Processo nº 192.000.053/96, no Ativo/Passivo Compensado, contrariando o parágrafo 5º do art. 105 da Lei nº 4320/64. Além disso, a referida carta de fiança, do Banco América do Sul S/A, venceu em 29/07/98, não tendo a FUNPEB adotado providência com o objetivo de obter da mencionada empresa uma nova carta de fiança, conforme prevê a Cláusula Sétima do Contrato nº 04/96.</p>	<p>A FUNPEB esclarece que: a) está observando a recomendação emanada pelo Controle Interno, fazendo os registros das cartas de fiança conforme prevê a legislação; b) com relação à citada carta de fiança, não pode proceder à sua contabilização, pois está vencida desde 29/07/98, não se tendo conseguido obter uma nova, tendo em vista que a empresa Pastel Mineiro Ltda., com a qual foi firmado o Contrato nº 04/96, já rescindido, nega-se a fazê-lo, estando o caso sendo apreciado pela Procuradoria Jurídica da Entidade.</p>
<p>1.2.1 – AUSÊNCIA DE INSCRIÇÃO DE VALORES EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS E REALIZAÇÃO DE DESPESAS SEM PRÉVIO EMPENHO</p> <p>Detectaram a falta de inscrição de valores em restos a pagar (processados e não processados – vide relação na fl. 249 do Processo nº 196.000.183/99), bem como a existência de prestação de serviços sem a emissão de prévio empenho, contrariando os artigos 6º e 9º da</p>	<p>A Entidade informa que: a) estão sendo efetuados os registros contábeis de todas as despesas existentes, dentro do seu respectivo período de competência; b) a Seção de Programação e Execução Orçamentária da FUNPEB e a Seção de Tesouraria estão devidamente orientadas pela SECON no sentido de somente efetuar pagamentos ante prévio empenho.</p>



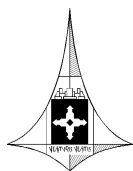
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
Resolução nº 750/93 do CFC e os artigos 60 e 89 da Lei nº 4320/64.	
1.2.2 – VALORES DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS Os valores das faturas relacionadas no quadro constante da fl. 250 do Processo nº 196.000.183/99 deveriam estar registrados na conta 2.1.2.1.6.01.01 – Restos a Pagar Processados, haja vista que as referidas faturas já haviam passado pelo estágio da liquidação, conforme preceituam os parágrafos 1º e 2º do art. 63 da Lei nº 4320/64.	A jurisdicionada informa que o setor competente da Fundação, no caso a SECON, está devidamente orientada para o cumprimento da recomendação emanada pelo Controle Interno, concernente à inscrição de Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados.
2.1 – LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONVITE APRESENTA QUANTIDADE INFERIOR A TRÊS PROPOSTAS VÁLIDAS Nos Convites nºs 04/98, 08/98 e 12/98 (Processos nºs 196.000.045/98, 196.000.138/98 e 192.000.234/97), a Fundação homologou as licitações com quantidade inferior a três propostas válidas, contrariando as Decisões do TCDF constantes do OF. GP nº 002/92-Circular, 1957/94 e 8526/97.	A Fundação informa que foi recomendado à "nova" Comissão de Licitação empossada em março de 1999 o estrito cumprimento da legislação pertinente, principalmente a Lei nº 8666/93 e suas alterações, bem como das decisões do TCDF.
2.2 – AUSÊNCIA DE COMPROVANTES DE QUITAÇÃO DO FGTS E DA SEGURIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS CONTRATADAS COM DISPENSA OU INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Detectaram que a Fundação não está exigindo das empresas contratadas para fornecimento de materiais ou serviços, com dispensa ou inexigibilidade de licitação, comprovante de quitação com o FGTS e com o INSS, conforme prevê a Decisão nº 7243/97, o parágrafo 3º do art. 195 da CF e a Lei nº 9012/95 (vide relação de	A FUNPEB determinou à DIAFI (Diretoria Administrativa e Financeira) a observância da exigência da documentação pertinente ao FGTS e ao INSS. Salienta que, com a criação da Central de Compras, apenas a contratação de prestadoras de serviços está a cargo da Entidade.



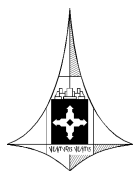
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
processos na fl. 251 do Processo nº 196.000.183/99).	
<p>2.3 – AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DO FGTS E DA SEGURIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS CONTRATADAS COM CONVITE</p> <p>Detectaram que a Fundação não está exigindo das empresas contratadas para fornecimento de materiais ou serviços, com convite, comprovante de quitação com o FGTS e com o INSS, conforme prevêem a Decisão nº 7243/97, o inciso IV do art. 29 da Lei nº 8666/93, parágrafo 3º do art. 195 da CF e a Lei nº 9012/95 (vide relação de processos na fl. 251 do Processo nº 196.000.183/99).</p>	As medidas adotadas concernentes ao item 2.2 anterior enquadram-se também neste caso.
<p>2.4 – PROCESSOS POR DISPENSA QUE APRESENTAM QUANTIDADE INFERIOR A TRÊS ORÇAMENTOS</p> <p>Existência de quantidade inferior a três orçamentos na aquisição de material e serviço no caso de dispensa de licitação (vide relação na fl. 252 do Processo nº 196.000.183/99), contrariando o previsto nas Decisões do TCDF nºs 8661/96, item III, letra "b", e 9613/95, letra "c".</p>	Foi recomendado à DIAFI que orientasse o SEMAP, onde são efetuados os processos referentes a dispensa de licitação, o cumprimento das mencionadas decisões.
<p>2.6 – MINUTAS DO EDITAL E DO CONTRATO NÃO EXAMINADOS E APROVADOS PREVIAMENTE PELA PROCURADORIA JURÍDICA DA FUNDAÇÃO</p> <p>As minutas do edital e do contrato em diversos processos analisados (vide fls. 252 e 253 do Processo nº 196.000.183/99) não foram previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria Jurídica da FUNPEB, conforme prevê o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8666/93.</p>	De acordo com a jurisdicionada, a "nova" Comissão de Licitação está submetendo todas as minutas de edital e de contratos à Procuradoria Jurídica da FUNPEB, cumprindo assim o contido referido dispositivo legal.



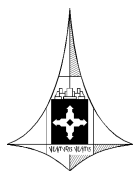
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>2.9 – NÃO CONSTA NO EDITAL AS INFORMAÇÕES DO CAMPO HABILITAÇÃO</p> <p>Nas cartas convite nºs 06/98, 07/98 e 03/98, Processos nºs 196.000.063/98, 196.000.091/98 e 196.000.052/98, não foram escritas as exigências previstas no campo "Habilitação" da Lei de Licitação e Contratos Administrativos, cujo procedimento desobrigou aos licitantes em apresentar a documentação necessária, como por exemplo: habilitação jurídica e regularidade fiscal, contrariando o disposto nos artigos 27 a 33 da Lei nº 8666/93.</p>	<p>A FUNPEB informa que, embora a Lei nº 8666/93 faculte à Comissão de Licitação a fase de habilitação para a modalidade de convite (art. 32, parágrafo primeiro) tem-se orientado a Comissão no sentido de, quando elaborar o edital, verificar se o mesmo contém todas as informações necessárias e previstas na lei de licitações.</p>
<p>2.10 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADO PARA NÃO REALIZAR LICITAÇÃO PÚBLICA</p> <p>Foram realizadas três dispensas consecutivas para execução de serviços e manutenção nos micro tratores tobatta, motosserras, aparadeira de grama CTG 100 e outros, com a mesma empresa, cuja prática caracteriza o parcelamento de contratação de serviços para não realizar licitação pública, em desacordo com o inciso II do art. 24 da Lei nº 8666/93. Tais dispensas favorecendo a PIAL - Planalto Implementos Agrícolas Ltda. foram realizadas em 15/01/98, 17/04/98 e 25/09/98, respectivamente, por meio dos Processos nºs 192.000.012/98, 192.000.078/98 e 192.000.239/98, nos valores de R\$ 1.900,00, R\$ 1.900,00 e R\$ 5.000,00 (valores máximos para dispensa eram de R\$ 1.927,52, R\$ 1927,52 e R\$ 8.000,00, respectivamente, conforme Portarias SEA nºs 008/97 e 015/98).</p>	<p>Foi expressamente recomendado à DIAFI que orientasse a SEMAP no sentido de planejar a necessidade de contratação de serviços dentro do limite de dispensa atualmente em vigor (R\$ 8.000,00), não permitindo de forma nenhuma o fracionamento de despesa, conforme detectado pela Auditoria.</p>



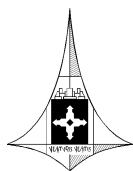
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>2.12 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE BUFFET</p> <p>A FUNPEB contratou uma mesma empresa, via convite (única convidada), para serviços de buffet de forma a atender despesas com confraternizações e inaugurações para servidores e autoridades, contrariando o disposto nas Decisões nºs 8661/96 (letra "b" do item III), 9613/95 (letra "c") e 0850/99, além dos Princípios da Moralidade e do Interesse Público, tendo sido recomendada a instauração de TCE.</p>	<p>A Fundação informa que foi instaurada a TCE por meio do Processo nº 196.000.229/99, já devidamente concluída.</p> <p>Observou ainda que, ao analisar as falhas apontadas e detectadas no item de Licitações e Contratos, entendem que a maioria dos problemas foram gerados pelo desconhecimento da legislação pertinente, tendo sido encaminhados alguns servidores para treinamento e conhecimento da Lei nº 8666/93 e suas alterações, bem como das decisões do TCDF, visando minimizar, senão resolver, as falhas ocorridas anteriormente.</p>
<p>3.1 – PAGAMENTO A MENOR DE AUXÍLIO-NATALIDADE</p> <p>Durante o exercício de 1997 o auxílio-natalidade foi pago no valor de R\$ 78,58 ao invés da importância correspondente ao salário mínimo (R\$ 112,00 de janeiro a abril e R\$ 120,00 de maio a dezembro), conforme entendimento que se extrai do art. 40 c/c o art. 196 da Lei nº 8112/90.</p>	<p>Além dos três servidores referenciados pelo Controle Interno, lesados em seus direitos, foi determinado à Seção de Pessoal que procedesse a nova verificação sobre o fato, tendo sido detectadas mais duas ocorrências (servidores de matrículas nºs 92877-1 e 94268-5). Os respectivos pagamentos das diferenças devidas serão inseridos na folha de pagamento de novembro de 1999.</p>
<p>3.2 – PARCELAS DE ADIANTAMENTO DE FÉRIAS DEVOLVIDAS EM ATRASO E PARCELAS NÃO DESCONTADAS EM FOLHA DE PAGAMENTO</p> <p>O servidor de matrícula nº 93230-2 teve descontada a primeira e a segunda parcelas do adiantamento de férias a partir do terceiro mês</p>	<p>Entende a atual administração que ocorreu uma falha administrativa, pois houve o pagamento, e o desconto que seria automático pela CODEPLAN, não foi efetuado, possivelmente por falta de conferência da Seção de Pessoal da FUNPEB na época.</p>



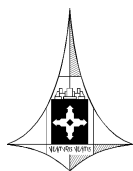
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
após a concessão, contrariando o art. 1º da Lei nº 1139/95. Os servidores de matrículas nºs 92939-5, 93189-6, 80048-1, 90823-1, 93515-8 e 94361-4 não tiveram qualquer desconto de parcelas do adiantamento em folha de pagamento.	Acrescenta que foi realizado levantamento e constatado outros casos no ano de 1998, sendo regularizados mediante o devido desconto em folha de pagamento.
3.4 – DIFERENÇA NO CÁLCULO DO DESCONTO DA SEGURIDADE SOCIAL A retenção da contribuição para a seguridade social dos servidores de cargos comissionados, referentes ao mês de dezembro de 1998, foi descontada a menor, em face da alteração contida na Portaria nº 4883, de 16 de dezembro de 1998, do Ministério da Previdência Social (vide relação de ocorrências na fl. 257 do Processo nº 196.000.183/99).	Foi determinado à Seção de Pessoal que efetuasse a retenção previdenciária da diferença descontada a menor em dezembro de 1998, devendo ocorrer na folha de pagamento do mês de novembro de 1999.
3.5 – SERVIDORES COM DESVIO DE FUNÇÃO Foram designados servidores que detêm funções de confiança para exercer outras atividades (escalados para prestar serviços nos caixas da Portaria da FUNPEB), caracterizando desvio de função (vide relação na fl. 258 do Processo nº 196.000.183/99). Trata-se de ocorrência também comentada no Relatório nº 232/98-DADI/SUAUD (TCA-OD-1997).	A FUNPEB informa que tem tentado ao máximo seguir a recomendação exarada pelo Controle Interno, mas, infelizmente, devido à falta de funcionários qualificados, bem como à ausência de concurso público para o preenchimento das vagas disponíveis, tem sido impedida de cumprir na totalidade a recomendação. Já foram feitas gestões junto à Secretaria de Administração pedindo o preenchimento das vagas existentes.
3.6 – SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS PAGOS INDEVIDAMENTE A SERVIDORES Foram pagos, mesmo antes de serem apuradas as quantidades de horas trabalhadas no mês de cada servidor, 60 horas extras mensais para todos os servidores que não exerciam funções de confiança	A Entidade informa que foi nomeada a demandada TCE por meio da Instrução de Serviço de 25/09/99 – Processo nº 196.000.319/99.



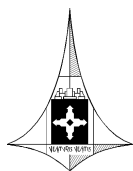
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>nos meses de setembro e outubro de 1998 com base em autorização do Governador publicada em 05/08/98 no DODF. Com base em documentação comprobatória, foi detectado que, na sua maioria, sequer foram realizadas (vide relação na fl. 259 do Processo nº 196.000.183/99). Além disso, salientam que existem informações escritas a lápis nas folhas de frequência como, por exemplo: folga, falta e quantidade de horas extras diárias.</p> <p>Diante disso, foi recomendada a instauração de TCE com o objetivo de apurar as responsabilidades administrativas, levantar todas as horas extras pagas irregularmente e definir quem irá ressarcí-las.</p>	
<p>3.7 – FALTA DE TRIBUTAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS INATIVOS</p> <p>Constatou-se que a Gratificação de Desempenho dos servidores inativos está sendo indevidamente deduzida da base de cálculo do imposto de renda. Trata-se de rendimento fixo e com as mesmas características das demais gratificações, configurando rendimento tributável.</p>	<p>A jurisdicionada informa que desde junho de 1999 já está sendo efetuada a tributação do imposto de renda sobre a referida gratificação dos inativos.</p>
<p>4.1 – FALTA DE PAGAMENTO DO PASEP DURANTE O EXERCÍCIO DE 1998</p> <p>No exercício de 1998, a FUNPEB não efetuou o recolhimento do PASEP, previsto no art. 17 da Lei nº 9.065/95 e no art. 2º c/c o art. 8º da Lei nº 9715/98, no valor de R\$ 26.678,33, cuja importância está sujeita à multa de 20% e à variação da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, a partir do primeiro dia do mês subsequente ao vencimento, e juros de</p>	<p>Sobre a questão, a Fundação informa que: a) está sendo providenciado o devido recolhimento do PASEP, devendo ocorrer no mês de novembro ou dezembro de 1999, haja vista que devem reconhecer a dívida e solicitar cota específica para pagamento; b) como não houve ainda o recolhimento, não há como instaurar-se a TCE para apurar possíveis irregularidades.</p>



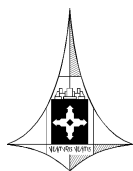
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>mora de 1%, conforme parágrafo 3º do art. 61 da Lei nº 9430/96 e do art. 953 do Decreto nº 3000/99. Em decorrência, foi recomendado o recolhimento do PASEP com as devidas penalidades e encargos, devendo-se instaurar TCE para apurar as responsabilidades pelos prejuízos decorrentes de multas, conforme preconiza o art. 9º da LC nº 1/94 e o art. 1º da Resolução nº 102/98.</p>	
<p>4.2 – IMPOSTO DE RENDA NÃO RETIDO NA FONTE E NEM RECOLHIDO</p> <p>A FUNPEB não efetuou a retenção e o recolhimento do imposto de renda no valor de R\$ 3.162,80, proveniente de 1% sobre a prestação de serviço de vigilância, referente ao período de maio/97 a maio/99 (maio/97 a agosto/98 – Universo Serviços Gerais Ltda – R\$ 1.077,92; setembro/98 a dezembro/98 – Phoenix Segurança Ltda. – R\$ 1.386,00; janeiro/99 a março/99 – Phoenix Segurança Ltda. – R\$ 698,88), contrariando o disposto no art. 3º do Decreto Lei nº 2462/88, no artigo 55 da Lei nº 7713/88, no artigo 665 do Decreto nº 1041/94 e no art. 649 do Decreto nº 3000/99 (vide quadro pertinente na fl. 260 do Processo nº 196.000.183/99).</p> <p>Ressalta que a FUNPEB está sujeita às penalidades previstas no art. 61 da Lei nº 9430/96.</p>	<p>A FUNPEB informa que já foi feito o devido recolhimento do IR sobre o serviço de vigilância, sendo que a empresa Phoenix Segurança Ltda. recolheu o imposto por meio de DARF apresentado à Fundação. Já a Universo Serviços Gerais Ltda., tendo falido, dificultou as providências.</p> <p>Esclarece ainda que, após contato com a Receita Federal, esta informou que não devolve a importância não retida.</p> <p>Por fim, entendendo que não houve danos ou prejuízos ao erário, tendo o fato sido gerado por falha administrativa de um servidor apenas comissionado, não mais integrante do quadro funcional da FUNPEB.</p>
<p>4.5 – AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL DAS MULTAS DE TRÂNSITO E MULTAS NÃO PAGAS NOS RESPECTIVOS VENCIMENTOS</p>	<p>A Fundação Pólo Ecológico quitou as multas pendentes, estando atualmente sendo providenciado pelo Serviço de</p>



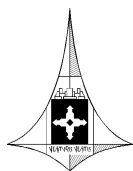
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>As multas registradas no período de 1997 a 1998 (vide relação na fl. 262 do Processo nº 196.000.183/99) não foram pagas ao DETRAN e ao DER até o final do exercício de 1998, contrariando a Portaria nº 04-SAT, de 05/02/92.</p> <p>Além disso, a Fundação não registra contabilmente essa obrigação, fato que compromete os seus controles internos.</p> <p>E ainda, foram constatadas diversas requisições de veículos sem a devida assinatura do Chefe da Seção de Transporte e do motorista.</p>	<p>Pessoal o ressarcimento dos valores pagos no Processo nº 196.000.317/98.</p> <p>Quanto às requisições de veículos, foi determinado ao Chefe de Transporte a observância ao campos da requisição, principalmente assinatura do condutor e do solicitante.</p> <p>Esclarece, por fim, que já foi providenciada a contabilização das multas de trânsito.</p>
<p>4.7 – CONTRATAÇÃO DE OBRAS COM VALOR SUPERIOR AO CUSTO REAL</p> <p>A reforma realizada no viveiro das araras e pavões, executada pela firma SONDA Engenharia Ltda., no valor de R\$ 188.229,44, Tomada de Preços nº 132/97 e Processo nº 112.009.787/97 da NOVACAP, foi avaliada com custo superior a 45%, segundo consta do item 4.2 do Relatório nº 006/99-DAIN/SUAUD.</p> <p>Diante disso, foi recomendada a instauração de TCE.</p>	<p>Foi instaurada a TCE pela SEMATEC por meio da Portaria de 31/08/99, publicada no DODF nº 172 de 06/09/99, estando a mesma em andamento.</p>
<p>4.8 – CONTRATAÇÃO DE OBRAS SEM ELABORAÇÃO DO PROJETO BÁSICO E PLANILHA DE CUSTOS</p> <p>Por meio do Convite nº 13/98 (Processo nº 196.000.216/98), foi contratada a TH Engenharia e Comércio Ltda. para realizar obra de recuperação de estrutura de concreto do recinto dos Chimpanzés, sem a elaboração de projeto básico contendo estudos preliminares, avaliação do custo da obra e os métodos de execução, previstos no art. 7º c/c o inciso IX do art. 6º e no art. 12 da Lei nº</p>	<p>A Fundação informa que: a) foi convocada a empresa para refazer as partes que se fizerem necessárias, conforme está registrado no Processo nº 196.000.216/98; b) já foi encaminhado para publicação Instrução de Serviço de 09/11/99 instaurando TCE para apurar responsabilidades – DODF de 11/11/99.</p>



RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
<p>8666/93.</p> <p>Embora a obra tenha sido concluída em 27/11/98, os problemas de infiltração, empoçamento e rachaduras na parede, que deveriam ter sido saneados, continuaram a existir.</p> <p>Apesar de ter sido atestado o recebimento em 27/11/98, a nova administração, empossada em janeiro/99, não efetuou o pagamento da Nota Fiscal de Serviços nº 146, por considerar que os serviços executados não são satisfatórios, encontrando-se o local interditado em decorrência do iminente risco de desmoronamento, apresentando perigo para os animais e visitantes, comprovado no Laudo de Vistoria emitido pela NOVACAP em 08/03/99.</p> <p>Dessa forma, foi recomendada a convocação da empresa responsável para corrigir as falhas, conforme preconiza o parágrafo 2º do art. 73 da Lei nº 8666/93, além de se instaurar TCE para apurar as responsabilidades por eventual prejuízo, se for o caso.</p>	
<p>4.9 – OBRAS QUITADAS QUE NÃO FORAM CONCLUÍDAS NA SUA TOTALIDADE</p> <p>Com base nas informações constantes dos itens 4.5 e 4.6 do Relatório nº 06/99-DAIN/SUAUD, foram constatadas obras no Recinto 30 para dois chimpanzés (Processo nº 196.000.141/98 – Múltipla Construções Com. e Indústria Ltda. – R\$ 14.886,00) e para a galeria África (Processo nº 196.000.063/98 – Planejar Arquitetura e Construções Ltda. – R\$ 55.678,00), sendo que as obras não foram executadas em sua totalidade, tendo, entretanto, sido recebidas e quitadas (vide quadro na fl. 264 do Processo nº 196.000.183/99).</p>	<p>A FUNPEB informa que, com relação ao Processo nº 196.000.141/98, realmente os serviços não foram concluídos, tendo a empresa Múltipla Construção Comércio e Indústria Ltda. sido notificada por meio do OF. 281/99-FUNPEB. Segundo apuração, incluindo diligência à Junta Comercial do DF, a empresa faliu. Diante disso, estão notificando os sócios da mesma.</p> <p>Quanto ao Processo nº 196.000.063/98, a empresa Planejar Arquitetura e Construção Ltda. foi notificada mediante o</p>



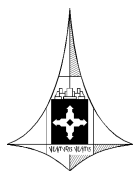
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
Os pagamentos às empresas devem ser efetuados após a entrega formal e completa das obras contratadas – art. 53 e parágrafo 4º do art. 54 do Decreto nº 16098/94.	OF. nº 283/99-FUNPEB, tendo apresentado sua defesa e, após diligência da própria Fundação, verificando que realmente foi executado o serviço referente à pintura, sido considerado que o serviço foi efetivamente realizado.
5 – AUSÊNCIA DOS PARECERES DO CONSELHO DELIBERATIVO E DO CONSELHO FISCAL A FUNPEB não conseguiu constituir os Conselhos Deliberativo e Fiscal, conforme prevê o art. 7º da Lei nº 1813/97, até o encerramento dos trabalhos, razão pela qual não constam dos autos os pareceres conclusivos preconizados nos incisos VII e VIII do art. 146 do RI/TCDF.	A jurisdicionada informa que, após gestões junto ao Secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, já estão devidamente constituídos ambos os conselhos, e em pleno funcionamento.
<u>Observações:</u> 1 – Ausência dos seguintes documentos previstos no art. 146 do RI/TCDF: Termo de Conferência de Saldos de Caixa, Almoxarifado e Depósitos de Bens (alínea "a" do inciso V do mencionado artigo); Demonstrativos de Dívidas Vencidas, com explicações (alínea "d" do inciso V do citado artigo); Demonstração Sintética das Imobilizações (alínea "e" do inciso V do mesmo artigo); Pronunciamento ou Parecer Conclusivo do Conselho de Administração Deliberativo (inciso VII do art. 146 do RI/TCDF); Parecer Conclusivo do Conselho Fiscal, com indicação das irregularidades apuradas/desempenho atribuído (inciso VIII do	



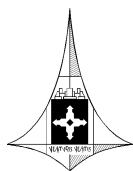
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
mencionado artigo); e Demonstrativo contendo a relação das TCEs encerradas e as de valor inferior a 3.300 UFIRs (artigos 13 e 14 da Resolução nº 102/98-TCDF).	
<p>1.1.2 – FALTA DE CONTROLE EFICIENTE E EFICAZ NA MOVIMENTAÇÃO DIÁRIA DE RECURSOS FINANCEIROS</p> <p>Quando da realização da conferência do caixa, em 18/05/99, foram constatadas as seguintes impropriedades:</p> <ul style="list-style-type: none">- a FUNPEB não utiliza o Boletim de Caixa para controlar seus recursos financeiros recebidos diariamente;- os recursos financeiros recebidos de venda de ingresso não são conferidos pelo Serviço de Contabilidade e nem registrados contabilmente no dia subsequente;- não foi constituída a comissão para efetuar o levantamento do saldo existente em caixa em 31/12/98, contrariando a alínea "a" do inciso V do art. 146 do RI/TCDF;- ausência da programação de hora/minuto da máquina registradora, dificultando identificar a exatidão dos valores impressos;- existência de fitas resumo ilegíveis, rasuradas e corrigidas manualmente, impedindo certificar a exatidão dos valores impressos.	<p>A FUNPEB informa que:</p> <ul style="list-style-type: none">- o Boletim de Caixa foi implantado na Seção de Tesouraria, contendo todas as especificações recomendadas;- os referidos boletins estão sendo encaminhados diariamente para o Serviço de Contabilidade para registro;- será providenciada, no final de cada exercício, a constituição de Comissão para levantamento de saldo de caixa da Tesouraria;- já foi providenciado o conserto das máquinas registradoras que estavam defeituosas, tendo sido adquiridas mais duas, novas.
<p>1.1.11 – AQUISIÇÃO DE MATERIAL ALÉM DA NECESSIDADE DA FUNPEB</p> <p>A Entidade adquiriu material de consumo em</p>	<p>A Fundação informa que foi criada Comissão por meio da Instrução de Serviço de 18 de agosto de 1999 para</p>



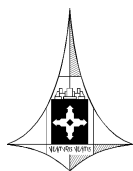
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
quantidade superior à real necessidade (vide quadro na fl. 244 do Processo nº 196.000.183/99).	efetuar os estudos concernentes às reais necessidades de uso/aquisição de materiais de consumo, especialmente quanto às quantidades.
1.1.12 – AUSÊNCIA DE ASSINATURA DO REQUISITANTE E DO ENTREGADOR DO MATERIAL NO PEDIDO INTERNO DE MATERIAL - PIM Existência de PIMs não assinados pelos requisitantes e pelos entregadores de material. A maioria dos PIMs são preenchidos pelos servidores que trabalham no almoxarifado, não configurando prática aconselhável.	Foi elaborado memorando pela SEMAP definindo critérios para retirada de material por meio de PIM, sendo exigido o preenchimento de todos os campos e principalmente as assinaturas dos solicitantes e de quem retirou o material.
1.1.13 – AUSÊNCIA DE REGISTRO CONTÁBIL DAS AÇÕES DA TELEBRÁS Não consta na contabilidade o registro do valor das ações da TELEBRÁS S/A, concernentes à aquisição de 10 linhas telefônicas pelo processo de autofinanciamento, no subgrupo Investimentos.	Segundo informações prestadas pela Sra. Marilene Queiroz Santiago, do Serviço de Direitos e Obrigações da Secretaria de Fazenda, as referidas ações da Telebrás estão contabilizadas na própria Secretaria de Fazenda.
1.1.16 – BENS MÓVEIS MOVIMENTADOS DE UMA SEÇÃO PARA OUTRA SEM QUALQUER CONTROLE DE MOVIMENTAÇÃO A Comissão Inventariante apontou, no seu relatório conclusivo, o desaparecimento do bem de tombamento nº 07/44-Transceptor portátil, importando em instauração de TCE, e a localização de bens patrimoniais que já haviam sido baixados pelo Departamento Geral de Patrimônio/SEF (Processo nº 040.004.050/98) e que ainda constam na carga patrimonial da FUNPEB. Em averiguação "in loco" efetuado pelo Controle Interno, constatou-se a existência de bens em	Todas as recomendações do Controle Interno (efetuar a movimentação de bens de uma Seção para a outra após a emissão do Termo de Movimentação de Bens Patrimoniais – TMBP – e a alteração do Termo de Guarda e Responsabilidade – TRG; regularizar os bens móveis de outros órgãos públicos que a FUNPEB está utilizando e use bens da AMEZOO após o devido emplaquetamento) foram cumpridas, tendo sido instaurada TCE (Processo nº 196.000.199/99).



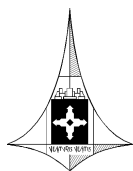
RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
Seções diversas das constantes dos respectivos Termos de Guarda e Responsabilidade.	
1.1.17 – QUANTIDADE RELEVANTE DE BENS MÓVEIS SEM CONDIÇÃO DE USO A Comissão Inventariante relacionou 130 bens móveis sem condição de uso – inservíveis para a Fundação.	Já foi determinado ao setor competente o recolhimento dos referidos bens, o que ainda não tinha sido feito por absoluta falta de espaço físico para a guarda dos mesmos.
2.5 – NÃO FOI JUNTADO AO PROCESSO OS TERMOS DE DESISTÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS Nos Processos nºs 196.000.216/98, 196.000.045/98, 196.000.052/98, 196.000.134/98, 196.000.063/98, 196.000.091/98 e 196.000.249/98, não foram juntados os Termos de Desistência de Interposição de Recursos, contrariando o contido no inciso III do art. 43 e inciso I do artigo 109 da Lei nº 8666/93.	A FUNPEB recomendou à Comissão de Licitação que, caso opte pela adoção do referido termo, anexe ao processo e colha a assinatura de todos os participantes do certame.
2.7 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA LICITAÇÃO SEM ATENDER O PRAZO LEGAL Casos de homologação de licitações realizadas com data inferior a dois dias úteis a partir do seu julgamento pela Comissão de Licitação, contrariando o parágrafo 6º do art. 109 da Lei nº 8666/93.	A jurisdicionada informa que foi feito um alerta à Comissão de Licitação sobre o prazo de dois dias úteis, no caso de convite, contido no parágrafo sexto do art. 109 da Lei nº 8666/93.
2.8 – PRAZO DE ENTREGA DAS CARTAS CONVITE E O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INFERIOR AO PERMITIDO EM LEI O prazo de entrega das cartas convite nºs 09/98 e 01/98, Processos nºs 196.000.158/98 e 196.000.042/98, e do recebimento das propostas foi inferior a cinco dias úteis, contrariando o disposto	A Fundação informa que foi determinado à "nova" Comissão de Licitação o cumprimento rigoroso dos prazos estabelecidos na referida lei.



RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
no inciso IV do parágrafo 2º do art. 21 da Lei nº 8666/93.	
2.11 – FALTA DE ELABORAÇÃO DO PEDIDO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL O Serviço de Material e Patrimônio não está elaborando o Pedido de Aquisição de Material, com indicação da especificação do produto, quantidade e valor de mercado. Tal procedimento é necessário de forma a servir de parâmetro para a Comissão de Licitação no julgamento das propostas, especialmente porque não há, no DF, um sistema de registro de preços – art. 15 da Lei nº 8666/93.	A FUNPEB esclarece que, com a criação da Central de Compras da Secretaria de Fazenda, estabeleceu o seu calendário próprio de compras para o recebimento do pedido de aquisição de material, resolvendo grande parte dos problemas detectados.
3.3 – PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE A SERVIDOR QUE NÃO TRABALHA EM LOCAL INSALUBRE Ao servidor de matrícula nº 80142-9 foi pago Adicional de Insalubridade, sendo que não trabalha em local insalubre (Chefe da Programação e Execução Orçamentária e Financeira), contrariando o preconizado no art. 189 da Lei nº 6514/77 e na Portaria nº 3214/78 do Ministério do Trabalho. A Seção de Pessoal já está efetuando o desconto em folha de pagamento. Não obstante, considerando que a maioria das autorizações para o referido pagamento foram publicadas no DODF de 09/05/94, aconselha-se à FUNPEB que efetue uma nova avaliação das atividades de todos os servidores que recebem tal adicional.	A jurisdicionada informa que foi efetivamente descontado do referido servidor, nos meses de março, abril e maio de 1999, a quantia paga indevidamente. Foi realizado pelo Serviço de Pessoal o demandado levantamento, sendo feito novo cadastramento individual com a devida ciência do Chefe imediato e do Diretor da área.
4.3 – FALTA DE ATESTADO DE RECEBIMENTO NAS FATURAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO As faturas de prestação de serviços correspondentes ao exercício de 1998, referentes a ressarcimentos de salário de servidores	A Fundação instruiu os setores competentes para que somente dê andamento a processos concernentes a ressarcimento de salários de servidores requisitados, após verificar se consta na



RUBRICA

Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99)	Providências adotadas pela FUNPEB (fls. 272 a 290 do mesmo processo)
requisitados (Processos nºs 196.000.037/98 e 196.000.036/98 – R\$ 15.476,35 e R\$ 12.558,42) não foram atestadas, conforme preceitua o inciso II do art. 56 do Decreto nº 16098/94.	fatura o devido atesto, conforme dispõe o referido dispositivo infralegal.
4.4 – FALTA DE INSTALAÇÃO DE EXTINTOR DE INCÊNDIO Foi encontrado apenas um extintor de incêndio, no almoxarifado, enquanto que em outras dependências, como Sede da Administração, Carpintaria, Marcenaria, Refeitório, Depósito de Bens Móveis Inservíveis, Oficina, etc., não há extintores.	Já foi contatado o Corpo de Bombeiros com o objetivo de realizar um inspeção geral no Parque Zoológico.
4.6 – DESCONTO NA AQUISIÇÃO DE PEÇAS NÃO DESTACADO NA NOTA FISCAL Os descontos de 11% previstos no Convite nº 08/98, Processo nº 196.000.138/98, não foram destacados nas Notas Fiscais nºs 2661, 2721 e 2872 da firma Chaves e Rodrigues Ltda., conforme preconiza o parágrafo 1º do art. 54 do Decreto nº 16098/94.	A Entidade esclarece que os aludidos descontos estão sendo deduzidos item a item em cada nota fiscal. A empresa vencedora remete a tabela de preços juntamente com as notas fiscais, deduzindo no preço os 11%, ficando a conferência por conta do executor do contrato.
4.10 – NOTA FISCAL COM DATA LIMITE PARA EMISSÃO VENCIDA Foram aceitas as Notas Fiscais de Serviços nºs 116 e 117 da firma Planejar Arquitetura e Construções Ltda., no montante de R\$ 55.678,57, Processo nº 196.000.063/93, e a Nota Fiscal de Serviços nº 035 da firma Poços do Brasil Ltda., no valor de R\$ 17.280,00, Processo nº 196.000.303/98, com datas de limite para emissão vencidas, contrariando o inciso IV do art. 53 do Decreto nº 16128/94.	Os setores competentes pelo recebimento de notas fiscais foram alertados para que atentem para a data de vencimento das mesmas.

6.2 Com relação às ressalvas e observações apontadas pelo Controle Interno, após análise dos argumentos apresentados pela FUNPEB,



RUBRICA

acreditamos serem satisfatórios os esclarecimentos e as providências adotadas no âmbito daquela Entidade (muitas passíveis de comprovação em exercícios futuros) visando sanear os problemas apontados no Relatório de Prestação de Contas, com exceção dos itens/subitens objeto dos comentários constantes dos parágrafos que se seguem.

6.3 Inicialmente, ressaltamos que algumas das ressalvas dizem respeito a falhas de escrituração contábil, sem maior representatividade no julgamento destas contas, até porque fogem às incumbências dos responsáveis aqui arrolados, estando diretamente afetas ao contabilista ou congêneres. Além disso, há que se considerar que os Balanços dos exercícios de 1998 e 1999 encontram-se fechados. Vale dizer, algumas destas ocorrências não têm como ser regularizadas, podendo-se, tão somente, adotar providências no sentido de evitar que outras semelhantes venham a ocorrer. Assim, tendo em vista que a Entidade não discorda dessas ocorrências, informando ter adotado tais providências, não vemos necessidade, neste momento, do Tribunal se manifestar a respeito.

6.4 Quanto ao subitem 1.1.5 do referido relatório, na parte concernente a pagamento de aluguéis em falta pela empresa Pastel Mineiro Ltda., no valor total de R\$ 66.596,60, referentes aos meses de novembro/98 a maio/99, ante a ausência de pronunciamento pela FUNPEB e a materialidade envolvida, cabe determinação à Fundação para que indique se já foi quitada a dívida ou indique quais as providências adotadas com vistas ao recebimento do mencionado valor, devendo os esclarecimentos virem acompanhados de documentação comprobatória.

6.5 No que tange ao subitem 1.2.1, embora conste como ocorrência a existência de prestação de serviços sem a emissão de prévio empenho, não há qualquer prova ou indício desta nas informações trazidas aos



RUBRICA

autos, de modo que não deve ser considerada para efeito de julgamento das presentes contas.

6.6 Com relação ao subitem 2.1, salientamos que a existência de quantidade inferior a três propostas válidas em convites não configura infração à norma legal. A existência de, no mínimo, três propostas apresentadas nos casos de convite representa uma demanda decorrente de entendimento do Tribunal a respeito do § 3º do art. 22 da Lei nº 8666/93, que vai além do que lá se impõe. Conforme frisado pelo Controle Interno, tal demanda tem origem no OF. GP nº 002/92-Circular. Entretanto, este ofício, anterior à vigência da Lei de Licitações, normatiza o assunto amparando-se no disposto no § 3º do art. 26 do antigo Decreto nº 10996/88. Destarte, a rigor, com a vigência da citada lei, estando revogado o referido decreto, caberia nova manifestação do Tribunal, agora atinente ao referido dispositivo legal, de forma a poder exigir dos jurisdicionados esse procedimento. Não obstante, tendo em vista que já houve sugestão nesse sentido no Processo nº 1700/97 (TCA-OD-95), não o faremos novamente, neste momento. Além disso, uma vez que não há evidência de prejuízo ao erário, a matéria não deve refletir no julgamento das contas sob análise.

6.7 Quanto aos subitens 2.2 e 2.3, relacionados à não exigência de comprovantes de quitação do FGTS e do INSS em processos com dispensa e inexigibilidade de licitação e em convites, respectivamente, tendo em vista que não há evidência de que foram contratadas empresas inidôneas, a nosso ver, a ocorrência configura falha formal, sem maiores reflexos no julgamento das presentes contas, até porque trata-se de matéria afeta diretamente à atuação da Comissão de Licitação. Não obstante, ante as providências adotadas pela Entidade, informando ter posto em prática as recomendações do Controle Interno, não vemos necessidade do Tribunal emitir nova recomendação a respeito.



RUBRICA

6.8 Com relação ao subitem 2.4, salientamos que realizar pesquisa de preços com, no mínimo, três orçamentos/propostas, mesmo para despesas realizadas com dispensa de licitação, configura procedimento recomendável pelo Tribunal. Nesse sentido, e considerando não haver decisão desta Corte direcionada à jurisdicionada (as Decisões nºs 8661/96 e 9613/95 foram dirigidas às Administrações Regionais do Guará e do Recanto das Emas, respectivamente), inicialmente, não estaria evidenciada qualquer irregularidade. Isso posto, e tendo em vista que a Fundação indicou ter adotado providências no sentido de cumprir essa recomendação, não vemos razão para que o Tribunal emita nova recomendação a respeito.

6.9 Sobre o subitem 2.6, que trata do não exame e aprovação prévia de minutas de edital e de contratos pela Procuradoria Jurídica da Fundação, em diversos processos analisados, entendemos configurar falha formal sem maiores reflexos no julgamento das presentes contas, pois não há evidências de prejuízo ao erário ou outro agravante resultante desse procedimento falho, podendo ser dispensada a emissão de pertinente recomendação, uma vez que a jurisdicionada informa ter passado a submeter todas as minutas de edital e de contratos à apreciação da sua Procuradoria.

6.10 Quanto ao subitem 2.10, que evidencia fracionamento de despesa favorecendo uma única empresa (PIAL - Planalto Implementos Agrícolas Ltda.), admitido pela Fundação, configurando burla ao dever de licitar (art. 2º da Lei nº 8666/93), cabe determinação à FUNPEB para que informe quem foi(ram) o(s) responsável(eis) pela autorização das respectivas despesas com dispensa de licitação, tratadas nos Processos nºs 192.000.012/98, 192.000.078/98 e 192.000.239/98, acompanhado de documentação probante, com vistas à aplicação da multa prevista no inciso II do art. 57 da LC nº 1/94.



RUBRICA

6.11 Com relação ao subitem 2.12, que trata da contratação de buffet com dispensa de licitação para atender despesas com confraternizações e inaugurações para servidores e autoridades, salientamos que a matéria foi apreciada no Processo TCE nº 2675/99, arquivado, sem imputação de responsabilidade (vide Decisão nº 6203/2000 na fl. 20 e respectiva fundamentação nas fls. 21 a 23), não restando reflexos no julgamento das contas sob análise.

6.12 Quanto ao subitem 3.6, informamos que o Processo TCE nº 3164/99 (referência GDF nº 196.000.319/99), que apura a matéria ali tratada – pagamento indevido de horas extras – ainda não foi concluído (aguardando TCE), podendo ensejar o sobrestamento do julgamento das presentes contas.

6.13 Sobre o subitem 3.7, referente à não incidência da Gratificação de Desempenho dos inativos na base de cálculo do IRRF, tendo a Fundação informado ter passado a incluir a referida gratificação na base de cálculo a partir de junho de 1999, entendemos que, no que diz respeito ao exercício de 1999 (primeiro semestre), no ajuste de final de ano, compensar-se-ia a diferença. No entanto, com relação ao exercício de 1998, não haveria tal compensação, pois, em havendo o entendimento de que a mencionada gratificação não incidia na base de cálculo do imposto, na declaração de rendimentos recebidos de pessoa jurídica enviada à Receita Federal pela jurisdicionada, a remuneração paga sob este título não se faria presente. Tal procedimento foi confirmado via telefone com o Sr. Luis, Chefe da Seção de Pessoal, tendo este informado haver 13 servidores aposentados pela Fundação. Isso posto, tomando-se por parâmetro o servidor aposentado de menor remuneração indicado no relatório do Controle Interno (diferença de retenção de R\$ 13,61), estima-se que deixou-se de reter em torno de R\$ 2.000,00 a título de IRRF no exercício de 1998. Registramos que o IRRF de servidores públicos, por previsão constitucional, fica na respectiva esfera



RUBRICA

governamental (receita). Destarte, cabe determinação à FUNPEB para que adote providências no sentido de regularizar os referidos descontos efetuados a menor – valores não retidos a título de IRRF no exercício de 1998, em razão de não se ter computado na base de cálculo do imposto os valores pagos aos aposentados a título de Gratificação de Desempenho – dando ciência ao Tribunal.

6.14 Com relação ao subitem 4.1, relacionado à falta de recolhimento do PASEP no exercício de 1998, no valor de R\$ 26.678,33, cuja importância está sujeita à multa de 20% e à variação da SELIC, além de juros de mora de 1% ao mês, em pesquisa realizada no SABD, identificamos tratar-se de matéria objeto da TCE Processo nº 622/00, cujo valor concernente à multa seria de R\$ 6.602,53. Uma vez que se está aguardando a TCE, por cautela, entendemos que deve ser aguardada a sua conclusão para avaliar a sua influência no julgamento das presentes contas.

6.15 Quanto ao subitem 4.2, referente à não retenção de Imposto de Renda no valor de R\$ 3.162,80, proveniente de 1% sobre a prestação de serviço de vigilância, entendemos que o caso demanda maiores esclarecimentos por parte da FUNPEB, devendo ser anexada documentação comprobatória dos valores recolhidos, indicando se houve incidência de algum encargo e, se for o caso, as medidas adotadas visando ressarcir o erário.

6.16 Com relação ao subitem 4.7, concernente à contratação de obra com custo superior a 45% do valor real, constatamos que a matéria foi apreciada no Processo nº 3165/99 (arquivado), tendo sido encerrada a TCE nos termos do inciso III do art. 13 da Resolução TCDF nº 102/98 – ausência de prejuízo (vide cópia do OF. nº 60/2001-1ª ICE na fl. 24). Assim, não restam reflexos no julgamento das contas em exame.



RUBRICA

6.17 No que tange ao subitem 4.8, relacionado à contratação de obras sem elaboração do projeto básico e planilha de custos, a matéria está sendo apreciada na TCE Processo nº 3566/99, em tramitação nesta Corte, devendo-se aguardar a sua conclusão para avaliar a influência no julgamento das presentes contas.

6.18 Com relação ao subitem 4.9, que trata de recebimento e quitação de obras não concluídas na sua totalidade, tendo em vista o pronunciamento da FUNPEB, indicando que a obra referente ao Processo nº 196.000.063/98 (galeria África) havia, de fato, sido realizada, restou pendente a obra no Recinto 30 (Processo nº 196.000.141/98) efetuada pela empresa Múltipla Construções Com. e Indústria Ltda., no valor de R\$ 14.886,00, que, segundo a Entidade, faliu, devendo, a nosso ver, ser instaurada TCE para apurar responsabilidades e prejuízos envolvidos, a qual ensejará o posterior sobrestamento do julgamento das presentes contas.

6.19 Quanto ao subitem 1, que trata da ausência de documentos relacionados à PCA, previstos no art. 146 do RI/TCDF, não houve pronunciamento específico por parte da FUNPEB. Não obstante, com relação aos Pareceres Conclusivos dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, ressaltamos que, na própria ocorrência descrita pelo Controle Interno no item 5 do seu relatório, há justificativa – ainda não haviam sido constituídos esses conselhos. No que concerne aos demais documentos – Termo de Conferência de Saldos de Caixa, Almoxarifado e Depósitos de Bens (alínea "a" do inciso V do mencionado artigo); Demonstrativos de Dívidas Vencidas, com explicações (alínea "d" do inciso V do citado artigo); Demonstração Sintética das Imobilizações (alínea "e" do inciso V do mesmo artigo); e Demonstrativo contendo a relação das TCEs encerradas e as de valor inferior a 3.300 UFIRs (artigo 14 da Resolução nº 102/98-TCDF) – cabe determinação à FUNPEB para que os inclua nos futuros processos de PCAs.



6.20 Com relação ao subitem 1.1.11, referente a aquisição de material de consumo além da necessidade da FUNPEB, como se pode verificar no quadro constante da fl. 244 do Processo nº 196.000.183/99, não afetam as contas sob análise, pois foram adquiridos em exercícios anteriores.

6.21 Quanto ao subitem 1.1.16, concernente à administração de bens patrimoniais, consta da fl. 14 o OF nº 323/99-FUNPEB comunicado ao Tribunal referente ao encerramento da TCE tratada no Processo nº 196.000.199/99 (desaparecimento de Transceptor portátil e de aparelho de som Micro Sistem), não havendo reflexos no julgamento das presentes contas.

6.22 Com relação ao subitem 2.7, referente a casos de homologação de licitações sem atender a prazo legal (dois dias úteis após o julgamento, no caso de convite), salientamos que, se houver termos de desistência de interposição de recursos assinados pelos interessados, tais ocorrências, por si só, não representam irregularidades ou impropriedades. Isso em mente, confrontando os processos relacionados no referido subitem com os indicados no subitem 2.5 do mesmo relatório (ausência de termos de desistência de interposição de recursos), constatamos que dois dos sete processos (nºs 192.000.234/97 e 196.000.042/98), em que se verificou ter a homologação ocorrida antes do prazo legal, conteriam estes termos. De todo modo, uma vez que a Fundação informou ter alertado a Comissão de Licitação para que cumpra os dias exigidos no parágrafo 6º do art. 109 da Lei nº 8666/93, e tendo em vista que não houve qualquer prejuízo decorrente da ocorrência como, por exemplo, anulação de licitação por não se ter cumprido o devido processo legal, e ainda, por estar a FUNPEB ciente da necessidade de haver os mencionados termos (vide manifestação da Entidade concernentes ao subitem 2.5 do Relatório de Prestação de Contas), entendemos ser



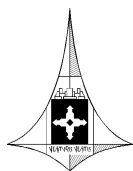
RUBRICA

desnecessário novo pronunciamento do Tribunal sobre a matéria, não havendo maiores implicações no julgamento das presentes contas.

6.23 No que concerne ao subitem 3.3, que trata de pagamento de adicional de insalubridade a servidor que não trabalha em local insalubre, embora a jurisdicionada tenha informado que realizou levantamento e conseqüente recadastramento individual atinente a servidores que percebiam o referido adicional não mais trabalhando nestes locais, com a devida ciência do Chefe imediato e do Diretor da área, não há indicação expressa quanto à existência de outros casos, acompanhados de conseqüente ressarcimento, além do servidor de matrícula nº 80142-9, apontado inicialmente pelo Controle Interno. Assim, uma vez que a maioria das autorizações para o pagamento do mencionado adicional data do exercício de 1994, do dito levantamento realizado pela FUNPEB pode estar envolvida substancial quantia paga indevidamente, fazendo-se necessário que a Fundação se pronuncie a respeito.

6.24 Quanto ao subitem 4.6, referente a desconto na aquisição de peças não demonstrado em notas fiscais, por se tratar de um procedimento exigido no parágrafo 1º do art. 54 do Decreto nº 16098/94 e ante as justificativas que não afastam a impropriedade verificada, nem indicam ter passado a adotar o dito procedimento, recomendado pelo Controle Interno, cabe determinação à FUNPEB para que, doravante, proceda conforme estabelece o referido dispositivo infralegal.

6.25 Feitas as considerações atinentes ao relatório do Controle Interno, passamos a análise das conclusões da Comissão Inventariante, contidas no seu relatório de fls. 102 a 104 do Processo nº 196.000.117/99.



RUBRICA

6.26 Os pontos abordados nos itens I a V das conclusões/sugestões da referida comissão estão contemplados nos subitens 1.1.16, 1.1.17 e 1.1.18 do relatório do Controle Interno, não restando reflexos no julgamento das presentes contas.

6.27 Por fim, salientamos que os pontos ressaltados no relatório do organizador das contas (vide item 15 nas fls. 13 e 14 do Processo nº 196.000.183/99) foram contemplados no relatório do Controle Interno, sobre o qual já nos manifestamos.

7. ATIVIDADES DO CONTROLE EXTERNO:

7.1 Os atos e fatos relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial praticados na referida unidade orçamentária durante o exercício de 1998 foram convenientemente verificados pelo Tribunal mediante a apreciação dos documentos que sistematicamente são encaminhados a esta Casa ou publicados no órgão oficial de divulgação do Distrito Federal.

7.2 Os documentos de fls. 26 a 28 demonstram que não foram apuradas na apreciação das matérias de competência das divisões de auditoria e acompanhamento da 1ª ICE quaisquer irregularidades que possam influenciar o julgamento destas contas.

7.3 Por sua vez, a 4ª ICE, mediante Memorando nº 127/99-4ª ICE, fl. 25, indicou os Processos nºs 3568/96 e 7618/93 como passíveis de repercussão na análise destas contas.

Consoante se observa, pelo item V, "c", da Decisão n.º 8936/97 (fls. 29 e 30), o egrégio Plenário entendeu por considerar irregular a percepção de Gratificação por Encargo de Gabinete por servidores não



RUBRICA

lotados nos gabinetes dos titulares dos órgãos da estrutura administrativa do Distrito Federal, definidos no art. 1.º, incisos I e II, do Decreto n.º 3.466, de 7/12/76, com a alteração efetivada pelo art. 10 da Lei n.º 35, de 13/7/89.

Em decorrência do entendimento, no item VI daquela decisão, a Casa determinou aos órgãos e entidades do Complexo Administrativo do Distrito Federal a imediata suspensão do pagamento de Gratificação por Encargo em Gabinete, nos casos que contrariem a legislação mencionada no item anterior, dando ciência das medidas adotadas no prazo de 30 (trinta) dias.

O cumprimento do disposto no inciso VI da Decisão n.º 8.936/97 foi reiterado pela Decisão n.º 3709/99 (fls. 31 e 32), excetuando-se a TCB, DEFER, TERRACAP, FCDF, SSP/DF, BRB, SLU/DF, FEDF e SEFP/DF, em razão de suas manifestações no Processo n.º 3568/96, acolhidas pelo Tribunal.

Pela Decisão n.º 350/2000 (fl. 33), o Tribunal entendeu por determinar aos dirigentes dos órgãos e entidades do complexo administrativo do Distrito Federal o cumprimento, no prazo de 20 (vinte) dias, do disposto no item VI da Decisão n.º 8936/97, apresentando justificativas pela demora verificada no atendimento da diligência.

Em consulta ao Processo n.º 3568/96, verificamos que a FUNPEB encaminhou o Ofício n.º 096/2000-FUNPEB, referenciado no item I da Decisão n.º 5160/2000 (vide fls. 34 e 35), informando que naquela Fundação não havia servidor que percebesse Gratificação por Encargo em Gabinete, não havendo, portanto, reflexos no julgamento das presentes contas.

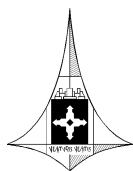


RUBRICA

7.4 Quanto ao Processo nº 7618/93, que aborda irregularidades relacionadas à acumulação de cargos por parte de servidor contratado mediante convênio e nomeado para cargo em comissão, constatamos junto ao mesmo que a FUNPEB enviou o Ofício nº 383/99-GAB/FUNPEB, informando que naquela Fundação não existem servidores conveniados exercendo cargos em comissão, fato que resultou no item II da Decisão nº 9702/2000 (fls. 36 e 37). Destarte, não resta influência no julgamento das contas sob exame.

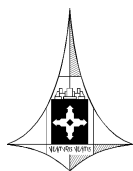
7.5 Mediante consulta interna, constatamos a tramitação dos seguintes processos referentes à FUNPEB, relacionados com as contas em apreciação:

- a) Processo nº 3251/98 – Relatório Anual Siscoex (1998), em apenso. Por meio do item I da Decisão nº 7085/99 (fl. 42 do referido processo), o Tribunal reiterou ao Jardim Zoológico de Brasília o disposto no item VII, alíneas "b.1" e "b.2", da Decisão nº 5413/96 (fls. 48 e 49 do mesmo processo), em razão do preenchimento do campo "Referência da Dispensa" das NEs nºs 001 e 006/98 não ter sido realizado em observância à metodologia (codificação) ali estabelecida. Tais ocorrências, isoladas, não constituem razão de mácula no julgamento das presentes contas, podendo o processo ser arquivado;
- b) Processo nº 5360/98 – Relatório de Notas de Lançamento de Despesas de Pessoal da FUNPEB, emitido pelo SISCOEX, realizado pela 4ª ICE. Mediante a Decisão nº 6382/99 (fl. 53 do referido processo), o Tribunal determinou à Fundação que apropriasse valores referentes ao pagamento de 13º salário aos servidores inativos na conta apropriada e que envidasse esforços no sentido de realizar a associação entre as rubricas 1020 e 1310 do SIGRE e as contas contábeis 331901128 e 331901129 do SIAFEM. Tais ocorrências, a nosso ver, não têm maiores reflexos no julgamento das contas em exame, podendo o processo ser arquivado;



RUBRICA

- c) Processo nº 5382/98 – Relatório de Notas de Lançamento de Despesas de Pessoal do Jardim Zoológico de Brasília, emitido pelo SISCOEX, realizado pela 4ª ICE, referente ao mês de janeiro de 1998, pois foram lançadas neste mês despesas na UG 150107 – Jardim Zoológico do Distrito Federal. A explicação para isso reside no fato de que a lei instituidora da FUNPEB foi publicada em 31.12.1997 e o orçamento para 1998 consignava dotações para o Jardim Zoológico e não para a Fundação. Assim, somente a partir de fevereiro de 1998 é que foi possível a apropriação de despesas na UG 150204 – FUNPEB. Não havendo ocorrências que venham a influenciar no julgamento das contas sob análise, entendemos que o processo pode ser arquivado;
- d) Processo nº 924/99 – Auditoria realizada pela SUAUD/SEF na FUNPEB, tendo por objetivo examinar a folha de pagamento e processos licitatórios de 1998, referentes a obras realizadas e almoxarifado, bem como a situação patrimonial da Entidade. Por meio da Decisão nº 10051/99 (fl. 38), o Tribunal determinou à jurisdicionada maior rigor na observância de dispositivos da Lei de Licitações, arquivando-se o feito. Assim, não restam influências no julgamento das contas ora em exame;
- e) Processo nº 3130/99 – Auditoria de regularidade levada a efeito pela 4ª ICE na FUNPEB, com o objetivo de verificar os procedimentos relacionados à concessão de aposentadorias e pensões registradas pelo Tribunal. A Corte, por meio da Decisão nº 10693/99 (fl. 39), determinou à Fundação a adoção de algumas providências relacionadas a casos específicos, não havendo, a nosso ver, implicações no julgamento das presentes contas;
- f) Processo nº 3164/99 – TCE que trata de matéria já referenciada no item 6.12 desta instrução, podendo ensejar o sobrestamento do julgamento das presentes contas, até a sua conclusão;
- g) Processo nº 3566/99 – TCE que trata de matéria já referenciada no item 6.17 desta instrução, podendo ensejar o sobrestamento do julgamento das presentes contas sob análise, até a sua conclusão.



RUBRICA

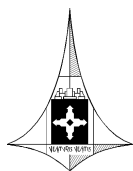
8. DEMAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS CONTAS:

8.1 O ciclo de Controle Interno foi cumprido, estando a presente Prestação de Contas Anual constituída dos elementos e na forma exigida pelos artigos 146 e 148 (inventário de bens patrimoniais) do RI/TCDF, exceto no que tange aos documentos objeto da análise contida no item 6.19 desta instrução e ao relatório do Controle Interno sobre a eficiência e eficácia da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da Entidade (inciso IX do art. 146 da RI/TCDF), não sendo considerado como tal a avaliação da gestão constante do item 6 do Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 265 e 266 do Processo nº 196.000.183/99).

Sobre o aludido relatório de eficiência e eficácia, a análise detalhada por programa de trabalho da realização das metas previstas para o exercício de 1998 que efetuamos (vide item 5.1 desta instrução) reflete o grau de eficácia da execução orçamentária da Fundação – satisfatória.

Relativamente à eficiência é consabido que a avaliação da mesma deverá levar em consideração a otimização dos recursos disponíveis para a obtenção dos resultados. Para tanto é imprescindível a utilização de indicadores que possibilitem comparações com padrões de desempenho específicos já anteriormente alcançados por outros órgãos e entidades.

Ressalta-se que o levantamento de indicadores e padrões que permitam a avaliação da eficiência das ações governamentais já é objeto de estudo pela Secretaria de Planejamento. Neste sentido verifica-se que a avaliação da eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, no âmbito das Contas do Governo do Distrito Federal e dos Ordenadores de Despesa, deverá ser feita oportunamente, após a conclusão da tarefa de definição dos parâmetros a serem utilizados.

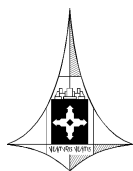


RUBRICA

Em relação à matéria pronunciou-se o Tribunal na Decisão nº 2045/98, proferida na S.O. nº 3321, de 14.04.98, itens “II.b” e “III.b”, onde foi recomendado à então SEFP que promovesse as medidas necessárias ao cumprimento integral do artigo 149 da LODF, especialmente no que se refere à fixação de metas e suas quantificações físicas e financeiras. Determinou-se àquele órgão que mantivesse a Corte informada sobre a evolução dos trabalhos relativos à avaliação da eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, prevista no inciso II, art. 80, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Acrescente-se que, por meio da Representação nº 2/2000-5ª ICE, foi aberto o Processo nº 2127/00 para tratar do acompanhamento dos trabalhos de avaliação da eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial para análise das Contas do Governador. De acordo com a informação contida no citado processo, a partir de Inspeção realizada na Subsecretaria de Auditoria da Secretaria de Fazenda e Planejamento, a equipe da 5ª ICE não observou nenhum progresso digno de nota no processo de avaliação da eficiência e eficácia dos órgãos e entidades da Administração Distrital, sendo, por outro lado, informada pela Unidade acerca da aquisição, pelo órgão de controle interno, de um sistema automatizado de auditoria, com o qual pretende viabilizar a tarefa sob sua responsabilidade, só que de maneira escalonada - num primeiro momento seria priorizada a avaliação das Contas do Governador do exercício de 2000, para em seguida realizar a inclusão das 19 (dezenove) regiões administrativas, da PMDF e do CBMDF em 2001 e dos demais órgãos e entidades no período 2002-3.

Tomando conhecimento dos resultados da inspeção, o Tribunal, por meio da Decisão n.º 9056/2000, de 28.11.2000, determinou à



RUBRICA

SEFP que encaminhasse à Corte, até o mês de dezembro próximo passado, o trabalho concluso relativo aos procedimentos de avaliação que seriam adotados com o objetivo de cumprir o art. 80 da LODF. Acrescente-se que, mediante o item II, da Decisão nº 3011/2001, de 08.05.2001, esta Corte considerou parcialmente cumprida a referida diligência e no item III da mesma Decisão solicitou à SEFP que encaminhasse o relatório detalhando os procedimentos que serão adotados em cada fase da metodologia de avaliação da eficiência e eficácia da gestão, bem como o correspondente cronograma de execução das rotinas de trabalho, mantendo o Tribunal informado do andamento do processo de implementação da referida metodologia.

Considerando que a questão está sendo devidamente conduzida pela 5ª ICE, abstenho-nos, assim, de propor sugestões a respeito do referido relatório de eficiência e eficácia, cabendo a determinação indicada no item 6.19 desta instrução quanto aos documentos que não foram apresentados nesta PCA.

8.2 Verificamos que foram observados os limites dos créditos legalmente autorizados, confrontando os valores orçados com os executados em cada elemento de despesa, subprojeto e subatividade.

8.3 As demonstrações contábeis foram apresentadas em conformidade com as disposições da Lei nº 4.320/64, que disciplina as normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, adaptadas às peculiaridades da organização administrativa deste.

8.4 Por fim, em razão dos exames realizados, após a análise do cumprimento da diligência a ser determinada à FUNPEB, dever-se-á avaliar, novamente, a influência dos Processos TCE nºs 3164/99, 3566/99 e



RUBRICA

622/00, além da TCE a ser instaurada – subitem 6.18 desta instrução – no julgamento de mérito das presentes contas.

9. SUGESTÃO:

Ante todo o exposto, sugerimos ao Tribunal o seguinte:

- I. tome conhecimento da Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesa da Fundação Pólo Ecológico de Brasília, referente ao exercício de 1998, e dos documentos constantes das fls. 13 a 19, 24 a 28 e 40;
- II. releve o atraso apontado no encaminhamento das presentes contas;
- III. determine à FUNPEB que, doravante: **a)** quando da formulação da proposta da Lei Orçamentária Anual, especifique, qualitativa e quantitativamente, as metas e ações previstas, concernentes aos projetos e atividades integrantes dos programas de trabalho da Entidade, e informe, para efeito de formulação do Relatório de Desempenho Físico-Financeiro por Programa de Trabalho gerado pelo Sistema de Acompanhamento Governamental (SAG), a cargo da Secretaria de Fazenda e Planejamento, todas as atividades e projetos implementados no exercício, com o mesmo grau de especificação, cuja aferição dar-se-á, posteriormente, pelos órgãos de controle; **b)** com vistas ao organizador do processo de PCA, em razão da ausência de documentação prevista no inciso V do art. 146 do RI/TCDF, faça constar dos autos os seguintes documentos: Termo de Conferência de Saldos de Caixa, Almoxarifado e Depósito de Bens (alínea "a"); Demonstrativos de Dívidas Vencidas com explicações (alínea "d"); Demonstração Sintética das Imobilizações (alínea "e"); e ainda, o Demonstrativo contendo a relação das TCEs encerradas e as de valor inferior a 3.300 UFIRs, previsto no artigo 14 da Resolução nº 102/98-TCDF; **c)** passe a exigir dos contratados, quando for o caso, que os abatimentos de preço (descontos), voluntários ou concedidos em virtude de lei ou contrato, venham demonstrados nos documentos



RUBRICA

fiscais, conforme prevê o parágrafo 1º do art. 54 do Decreto nº 16098/94;

IV.determine ainda à Fundação Pólo Ecológico de Brasília que, no prazo de 30 dias: **a)** indique se já foi quitada por parte da empresa Pastel Mineiro Ltda. a dívida concernente ao pagamento de aluguéis em falta, referentes aos meses de novembro/98 a maio/99, no valor total de R\$ 66.596,60, conforme reportado no subitem 1.1.15 do Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD, caso contrário, quais as providências adotadas com vistas ao recebimento do mencionado valor, devendo os esclarecimentos virem acompanhados de documentação comprobatória; **b)** informe quem foi(ram) o(s) responsável(eis) pela autorização das despesas com dispensa de licitação, tratadas nos Processos nºs 192.000.012/98, 192.000.078/98 e 192.000.239/98, conforme indicado no subitem 2.10 do referido relatório, anexando a documentação probante; **c)** apresente documentação comprobatória concernente à retenção de Imposto de Renda no valor de R\$ 3.162,80, proveniente de 1% sobre a prestação de serviço de vigilância, conforme descrito no subitem 4.2 do mencionado relatório do Controle Interno, indicando se houve incidência de algum encargo e, se for o caso, as medidas adotadas visando ressarcir o erário; **d)** instaure Tomada de Contas Especial para apurar responsabilidades e prejuízos envolvidos no recebimento e quitação de obras não concluídas na sua totalidade, concernente ao "Recinto 30" (Processo nº 196.000.141/98), conforme relato constante do subitem 4.9 do dito relatório; **e)** informe se, do levantamento realizado pela Fundação, em razão da ocorrência verificada pelo Controle Interno (subitem 3.3 do multicitado relatório), que trata do pagamento de adicional de insalubridade a servidores que não trabalham em local insalubre, foram identificados outros casos além do do servidor matrícula nº 80142-9, e, se for o caso, se houve o devido ressarcimento ao erário, devendo ser anexada a documentação comprobatória; **f)** adote as providências necessárias no sentido de regularizar o desconto efetuado a menor no exercício de 1998 a título de IRRF dos aposentados da Fundação, em razão de não se ter computado na base de cálculo do imposto os valores



RUBRICA

pagos aos aposentados a título de Gratificação de Desempenho, conforme detectado pelo Controle Interno (subitem 3.7 do referido relatório), dando ciência ao Tribunal;

V. autorize o arquivamento dos Processos nºs 3251/98, 5360/98 e 5382/98 e, para fins de cumprimento da diligência determinada no item anterior, o envio de cópia do Relatório de Prestação de Contas nº 004/99-DAIN/SUAUD (fls. 235 a 267 do Processo nº 196.000.183/99) e da respectiva manifestação da Fundação (fls. 272 a 290 do mesmo processo)

VI. autorize o posterior envio destes autos à 3ª ICE, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria TCDF nº 140, de 04 de junho de 2001.

À superior consideração.
Brasília-DF, 05 de junho de 2001.

RALPH ALBERT MOOR WAGNER
Analista de Finanças e Controle Externo